

2 — Terminando o prazo legal dessa nomeação no dia 6 de Janeiro de 2007, mas encontrando-se ainda a decorrer o prazo a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, prazo que fundamentou o meu precedente despacho, justifica-se que de novo se nomeie um responsável para dirigir o Arquivo Distrital de Leiria, como chefe de divisão, em regime de substituição, face à necessidade de continuar a manter em funcionamento as estruturas pelas quais a instituição continua a reger-se, conforme dispõe o n.º 2 do citado artigo 30.º

3 — Assim, com os fundamentos já expressos no meu despacho de 6 de Novembro de 2006, bem como no n.º 2 supra, nomeio o mestre Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa no cargo de chefe de divisão, em regime de substituição, para dirigir o Arquivo Distrital de Leiria, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março.

Dados os fundamentos invocados, a nomeação é feita até à publicação dos diplomas orgânicos previstos no citado artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, uma vez que deles depende a verificação da existência das diferentes orgânicas e estruturas decorrentes do PRACE.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2007.

22 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Silvestre Lacerda*.

ANEXO

Síntese curricular

Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa, casado, nascido em 4 de Maio de 1951, natural de Leiria.

Habilitações:

Licenciatura em História (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);

Pós-graduação em Ciências Documentais/Arquivo (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra);

Mestrado em Estudos Luso-Asiáticos/História (Universidade de Macau); Tem em preparação o doutoramento em Ciência Política (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Actividade profissional:

Assessor de carreira com nomeações, após concurso, para director do Arquivo Distrital de Leiria;

Foi, antes, técnico superior de BAD no Instituto Politécnico de Leiria e no Arquivo Histórico de Macau.

Formação profissional mais relevante (últimos três anos):

«Novo modelo de avaliação do desempenho na FP» (INA, 2004); VIII Congresso BAD (2004);

Seminário de alta direcção para a Administração Pública (INA, 2005);

IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica (IAN/TT, 2005);

«Gestão de recursos humanos e gestão para a mudança» (BAD, 2005);

«A mobilidade na AP» (INA, 2007);

«A gestão por objectivos» (INA, 2007).

Actividade como formador:

Colabora desde o ano de 2000-2001 na docência na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, leccionando a disciplina de Documentação e Arquivo nos cursos de Gestão e Administração Pública e de Tradução/Secretariado;

Tem colaborado ocasionalmente com o ISLA-Leiria e com diversos centros de formação de professores e validados pelo IIEFP.

Outras actividades:

É representante do Ministério da Cultura na Região de Turismo Leiria-Fátima;

É presidente da ADLEI — Associação para o Desenvolvimento de Leiria;

É membro da Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria-Fátima; Foi vereador da Câmara Municipal de Leiria;

Foi presidente da direcção do CEPAE — Centro do Património da Estremadura;

Foi membro da direcção da ADAE — Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, em representação do CEPAE.

Grupos de trabalho — tem integrado grupos de trabalho por nomeação do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, ou integrou

ainda outros no âmbito das actividades autárquicas ou do Ministério da Educação. Representou o IAN/TT no Encontro Europeu de Arquivos Locais, em Cork, 1999.

Louvores — foi louvado por:

Directora do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (28 de Janeiro de 2004);

Secretário Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura de Macau (3 de Novembro de 1993);

Presidente do Instituto Cultural de Macau (7 de Outubro de 1993); Presidente da comissão instaladora da Escola Superior de Educação de Leiria (29 de Setembro de 1988).

Publicações — tem diversos trabalhos publicados sobre património documental do Arquivo Distrital de Leiria, sobre a gestão para a qualidade, história local e história da presença portuguesa no extremo oriente. Colaborou ainda em trabalhos em multimédia, realizados na Guiné-Bissau, no âmbito de um protocolo entre Ministério da Educação (Portugal) e o Ministério da Cultura (Guiné-Bissau), 1989.

Despacho (extracto) n.º 18 836/2007

Pelo meu despacho de 6 de Novembro de 2006, nomeei, com os fundamentos aí expressos, a licenciada Maria de Lurdes Conceição Nunes Henriques para exercer o cargo de chefe de divisão de Comunicação e Relações Externas do IAN/TT, em regime de substituição;

Terminando o prazo legal dessa nomeação no dia 6 de Janeiro de 2007, mas encontrando-se ainda a decorrer o prazo a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, prazo que fundamentou o meu precedente despacho, justifica-se que de novo se nomeie uma chefia de divisão de Comunicação e Relações Externas do IAN/TT face à necessidade de continuar a manter em funcionamento as estruturas pelas quais a instituição continua a reger-se, conforme dispõe o n.º 2 do citado artigo 30.º

Assim, com os fundamentos já expressos no meu despacho de 6 de Novembro de 2006, bem como no n.º 2 supra, nomeio, em regime de substituição, para exercer o cargo de chefe de Divisão de Comunicação e Relações Externas do IAN/TT a licenciada Maria de Lurdes Conceição Nunes Henriques, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 8.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março.

Dados os fundamentos invocados, a nomeação é feita até à publicação dos diplomas orgânicos previstos no citado artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, uma vez que deles depende a verificação da existência das diferentes orgânicas e estruturas decorrentes do PRACE.

O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2007.

22 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Silvestre Lacerda*.

ANEXO

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria de Lurdes da Conceição Nunes Henriques.
Local e data de nascimento — Tomar, 21 de Setembro de 1950.

Formação académica:

Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras de Lisboa, concluída no ano lectivo de 1976-1977, com a classificação final de 13 valores;

Curso de especialização em Ciências Documentais — opção Arquivo, pela Faculdade de Letras de Lisboa, concluído no ano lectivo de 1986-1987, com a classificação final de 15 valores.

Formação profissional:

Destacam-se os seguintes:
Curso de preparação de planos e relatórios de actividades;
Estágio internacional de arquivos — projecto Courants du Monde;

Acção de formação sobre o SIADAP;
Curso de gestão de projectos.

Desempenho profissional:

Iniciou a actividade profissional em 1971, como secretária de uma média empresa;

Até à presente data, desempenhou as seguintes funções públicas:

Professora provisória do ensino secundário (1980-1987);
Membro do grupo de trabalho para a pré-arquivagem (1987/1988);

Técnica superior de BAD da respectiva carreira técnica, da Escola Superior de Enfermagem Dr. Francisco Gentil (1988-1991) e do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (1991-1992) e foi nomeada, em 2003, assessora principal, da carreira técnica superior de arquivo, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Cargos de chefia:

A partir de 1990, desempenhou sucessiva e ininterruptamente as funções de:

Directora de serviços, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças;

Chefe de divisão de Comunicação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo;

Chefe da Divisão de Comunicação e Relações Externas, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, até Junho de 2007.

Artigos publicados — dos vários artigos publicados, destacam-se os seguintes:

«Os arquivos e os utilizadores: o caso do Arquivo Nacional da Torre do Tombo», in revista *Quadrilátero*, do Arquivo Público do Distrito Federal de Brasília;

«A actividade editorial do IAN/TT», in revista *Ler História*, n.º 40, 1.º semestre de 2001;

«Comunicabilidade e acessibilidade no arquivo da ex PIDE/DGS», in *Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores*, Lisboa, IAN/TT, 2004;

«O contributo dos Arquivos Nacionais na cooperação lusófona», in *Comunicações do IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica* (CD), Lisboa, IAN/TT, Outubro de 2005;

«Os arquivos da lusofonia», in *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editora, Novembro de 2005.

Outros dados:

Bolseira da Fundação Gulbenkian para o projecto «Roteiro sobre as fontes da história contemporânea portuguesa»;

Membro da comissão organizadora do «Colóquio sobre as fontes da história contemporânea portuguesa»;

Colaborou como docente no curso para técnicos profissionais de BAD, promovido pela BAD e pelo INETE;

Colaboração, como docente desde o ano lectivo de 1988-1989 e até à presente data, no curso de especialização em Ciências Documentais, da Faculdade de Letras de Lisboa, onde é responsável pela disciplina de Catalogação III;

Dos congressos, conferências e seminários em que participou, destacam-se os seguintes:

XI Congresso Internacional dos Arquivos (CIA), Paris, Agosto de 1988;

Em representação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo: XXIX Table Ronde des Archives, México, de 21 a 28 de Setembro de 1993; no lançamento programático da DG-10, para o biénio de 1994-1995, no Luxemburgo, em 16 de Dezembro de 1993; reunião de peritos dos Arquivos Nacionais da União Europeia, realizada em Bruxelas em Outubro de 1993 e em 17 de Dezembro de 1994; reunião dos Arquivos Nacionais da União Europeia (EBNA), realizada em Dublin, em Abril de 2004; participação nas várias reuniões da COLUSO — Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental; planeamento, organização e participação no IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, realizado em Lisboa, IAN/TT, em Outubro de 2005; seminário «Direito de autor», promovido pelo Departamento de Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, em 20 de Abril de 2006.

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Aviso n.º 15 285/2007

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho da subinspectora-geral das Actividades Culturais de 20 de Julho de 2007, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 8/GIG/IGAC/2007, da inspectora-geral das Actividades Culturais, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar existente na categoria de inspector superior, da carreira de inspector superior, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, aprovado pela Portaria n.º 986/98, de 24 de Novembro.

2 — Em cumprimento do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi efectuada consulta à bolsa de emprego público (BEP), tendo sido emitida declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, registada sob o n.º 6879 e confirmada pela

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, através do ofício n.º 5739, de 9 de Julho de 2007.

3 — O local de trabalho situa-se na Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, em Lisboa.

4 — Vencimento e regalias — o vencimento resulta da aplicação do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

5 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento da vaga mencionada, esgotando-se com o seu preenchimento, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão — podem ser admitidos a concurso os candidatos que, até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas, satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

a) O preenchimento dos requisitos de admissão ao concurso constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Estar nas condições previstas na alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril;

c) Possuir licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho.

7 — Área funcional do lugar a prover — realizar, no âmbito de intervenção da IGAC, as funções genericamente descritas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 80/97, de 8 de Abril, e no n.º 2 do anexo I ao artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 21/2002, de 22 de Março.

8 — Conteúdo funcional — realização de auditorias, inspecções, inquérito e sindicâncias nas áreas da organização, funcionamento e gestão de serviços, devendo os candidatos possuir conhecimentos específicos de inspecções respeitantes à gestão de recursos humanos e à situação económico-financeira de serviços e organismos do Ministério da Cultura, designadamente nas áreas de criação, produção, promoção e divulgação cultural, nas áreas de organização de espectáculos de natureza cultural, incluindo gestão e formação de equipas criativas, técnicas e artísticas, no âmbito da elaboração de pareceres sobre os documentos de prestação de contas, de execução de trabalhos inspectivos na aplicação de subsídios atribuídos a associações, empresas ou fundações, de elaboração de medidas correctivas decorrentes de auditorias, de fiscalização de aspectos essenciais relativos à legalidade, regularidade e qualidade do funcionamento das instituições e serviços, de avaliação da boa gestão das instituições e serviços em termos de economia, eficácia e eficiência, nomeadamente mediante controlo financeiro e orçamental e de acompanhamento da execução de projectos e acções, bem como da coordenação de equipas de auditorias às instituições e serviços com especial experiência e conhecimentos em gestão cultural.

9 — Métodos de selecção — a selecção será feita mediante provas públicas, que consistirá na apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

11 — A classificação final — a classificação final, expressa na escala de 0 a 20 valores, resultará da classificação obtida no único método de selecção aplicável, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios a adoptar para desempate em caso de igualdade de classificação são os considerados no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão a concurso, dirigidos à inspectora-geral das Actividades Culturais, podem ser entregues pessoalmente na Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Secção de Pessoal e Expediente, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, apartado 2616, 1116-802 Lisboa, ou remetidos pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, expedidos até ao termo do prazo referido no n.º 1 deste aviso.

14 — O requerimento de admissão ao concurso deverá conter os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, residência, código postal e telefone);

b) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;

c) Habilitações literárias;

d) Declaração de que possui os requisitos gerais de admissão ao concurso previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;